

# Constituinte não deve ampliar lei da anistia

BRASÍLIA — As indenizações correspondentes ao período compreendido entre o afastamento dos militares e a anistia, reivindicadas pela Federação das Associações de Defesa da Anistia (Fada), dificilmente serão aprovadas pela Constituinte nas Disposições Transitórias porque o tema divide até mesmo o grupo do Senador Mário Covas, além da oposição do Centrão.

Segundo o Presidente da Fada, Paulo Ferro Costa, as indenizações chegariam a CZ\$ 17,4 bilhões para 492 oficiais, 672 suboficiais e sargentos e 1.509 marinheiros, computado apenas o período de cinco anos, como estabelecem várias emendas apresentadas ao texto do Centrão.

Sem unanimidade em seu grupo, o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), já definiu o seu apoio à anistia para os 1.509 marinheiros cassados em 1964, segundo informaram ontem os Vice-Líderes que estão analisando as propostas do partido. Este será o ponto mais polêmico na votação do artigo da anistia, a partir da próxima terça-feira, uma vez que os líderes do Centrão não admitem novas concessões além daquelas definidas pela Comis-

são de Sistematização e consagradas no texto do próprio grupo, aprovado pelo plenário.

O Assessor Parlamentar do Exército na Constituinte, General Werlon Roure, confirma o número de anistiados no Exército: 248 oficiais e 250 suboficiais e sargentos, mas afirma que seria difícil fazer um levantamento preciso sobre o total das indenizações. Ele é contrário a elas, principalmente por entender que a União não teria condições de arcar com estas despesas, mas deixa a decisão a critério dos constituintes.

Os números de anistiados na Aeronáutica também são confirmados pelo Assessor Parlamentar da Aeronáutica, Tenente-Coronel-Aviador Pedro Josino Cordeiro: 131 oficiais e 313 suboficiais e sargentos. Deste total, entretanto, 83 oficiais e 102 suboficiais e sargentos foram transferidos para a reserva remunerada ou reformados, passando a receber vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e ficando livres para exercer atividades no meio civil.

Do restante, 48 oficiais e 171 suboficiais e sargentos foram demitidos. Segundo documento divulgado pela Aeronáutica, isto significa que foram considerados "civilmente mortos" e

suas famílias passaram a receber a respectiva pensão militar ou montepio. Nenhum oficial e apenas 40 sargentos foram expulsos, caso em que nem o militar e nem a sua família recebe qualquer indenização ou pensão do Estado.

Além da indenização e da anistia para os marinheiros, há mais uma reivindicação dos cassados que preocupa os assessores militares: as promoções por merecimento. As Forças Armadas argumentam que estas promoções representariam uma injustiça para os militares que permaneceram na ativa, fazendo cursos de aperfeiçoamento e prestando concursos. Assim, defendem a manutenção das promoções por antiguidade, estabelecidas na emenda 26, de 1985, e confirmadas no texto do Centrão.

Consciente das dificuldades que enfrentará neste tema, a Liderança do PMDB deverá centrar os seus esforços na concessão da anistia aos marinheiros, segundo informaram ontem o Senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) e o Deputado Jorge Hage (PMDB-BA), encarregados pelo Líder Mário Covas de analisar as propostas do Partido para as Disposições Transitórias.

## Militares de Suez também pressionam

Um grupo de integrantes do Batalhão de Suez, com medalhas no peito e boinas azuis na cabeça, ocupou os corredores e salões do Congresso Nacional, ontem, para apresentar a sua reivindicação aos constituintes: a equiparação aos pracinhas da FEB (Força Expedicionária Brasileira), que recebem soldo de Segundo-Tenente. Com um total de 6.000 combatentes, divididos em 20 contingentes, o Batalhão de Suez ocupou a faixa de Gaza, na Palestina, entre 1956 e 1967, integrando uma Força de Paz ONU que patrulhava a fronteira entre Israel e Egito. De volta ao Brasil, foram dispensados pelo Exército e não receberam indenização.

O Assessor Parlamentar do Exército na Constituinte, General Werlon Roure, argumenta que os integrantes do Batalhão de Suez não merecem a equiparação aos pracinhas da FEB porque não participaram de combate, eram voluntários e muito bem pagos. Integrante do Batalhão no posto de Capitão, Roure relata em detalhes a atuação dos brasileiros em Rafã Camp.

Lembra que lá também estavam militares do Canadá, Suécia, Noruega, Dinamarca, Índia, Iugoslávia e Colômbia. Reconhece que houve algumas baixas no último contingente, quando as tropas brasileiras ficaram presnadas entre egípcios e israelenses, no início da



Telefoto de Luiz Antônio

Ex-integrantes da força da ONU exibem foto de brasileiros mortos

Guerra dos Seis Dias. Mas não acha que isto seja motivo para a equiparação com a FEB:

— Isto seria até diminuir a atuação dos pracinhas, que estiveram realmente no campo de batalha.

O Presidente da Associação dos Integrantes do Batalhão de Suez, Emanuel Viana, admite que foram convocados para uma operação de

paz, mas acrescenta que "o teatro de operações era de guerra". Informa que nem todos eram voluntários e também contesta a informação de que eram bem pagos.

Viana não soube informar quantas baixas houve, mas mostrava ontem uma foto com corpos de brasileiros que ficaram em Gaza, vítimas do ataque de Israel.